

Noviembre 2019 - ISSN: 1696-8352

ECONOMIA SOLIDÁRIA: evolução produção acadêmica no Brasil de 1993 a 2018¹

**Mateus Monteiro Piedade Lyrio²
Lessí Inês Farias Pinheiro³**

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Mateus Monteiro Piedade Lyrio y Lessí Inês Farias Pinheiro (2019): "Economía solidária: evolução produção acadêmica no Brasil de 1993 a 2018", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana (noviembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/11/economia-solidaria-brasil.html>

Resumo

A economia solidária é um tipo de economia que vem se desenvolvendo no Brasil como resposta de parte da sociedade à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. Nesta perspectiva, em 2003 foi organizada uma política pública, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, visando o seu fortalecimento e divulgação mediante políticas integradas. Ao mesmo tempo o tema gerou interesse na comunicação acadêmica, devido ao seu potencial de geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. O escopo desta pesquisa é analisar a evolução da produção acadêmica, especificamente dissertações e teses sobre o tema economia solidária no país no período de 1980 a 2018. Foi realizada pesquisa documental no *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações. As informações foram analisadas através de estatística-descritiva. Concluiu-se que o ano de 2013 foi o ponto alto da produção acadêmica sobre o tema.

Palavras-chave: teses e dissertações sobre economia solidária, produção acadêmica no Brasil, inclusão social pelo trabalho

Resumen

La economía solidaria es un tipo de economía que se ha desarrollado en Brasil como respuesta de parte de la sociedad a la crisis de las relaciones laborales y al aumento de la exclusión social. Desde esta perspectiva, en 2003 se organizó una política pública, el Programa de Economía Solidaria en el Desarrollo, con el objetivo de su fortalecimiento y difusión a través de políticas integradas. Al mismo tiempo, el tema ha generado interés en la comunicación académica, debido a su potencial para la generación de empleo e ingresos, la inclusión social y la promoción del desarrollo justo y solidario. El objetivo de esta investigación es analizar la evolución de la producción académica, específicamente

¹ Este artigo é produto de pesquisa de Iniciação Científica realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz, com apoio do Programa PROIC/ICB.

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mateus_monteiro123@hotmail.com

³ Docente nível Pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: lifpinheiro@uesc.br

disertaciones y tesis sobre tema de economía solidaria en el país desde 1980 hasta 2018. Se realizó una investigación documental en el sitio web de la Biblioteca Digital de Disertaciones de Brasil. La información se analizó mediante estadística descriptiva. Se concluyó que el año 2013 fue el punto culminante de la producción académica sobre el tema.

Palabra clave: tesis y disertaciones sobre economía solidaria, producción académica en Brasil,

inclusión social a través del trabajo.

1. Introdução

As constantes mudanças produtivas na economia mundial impactam de forma direta as necessidades da sociedade. A Economia Solidária é um modo de produção caracterizado pela propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. O resultado desse modo de produção é a unificação de todos aqueles que produzem em uma mesma classe de trabalhadores onde são possuidores de capital igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Mas, ainda que a Economia Solidária traga ao debate a cooperação e valores anticapitalistas, está vertente se caracteriza por ser pouco crítica e esclarecedora (BARBOZA, 2007; SINGER, 2002).

A política pública associada à economia solidária tem apresentado grande importância no que tange a estabilidade do nível de emprego, consideram-se as políticas públicas para a economia solidaria como ferramenta de conciliação de um novo contexto de das relações de trabalho e subordinação, ainda que não gere um impacto significativo em termos de efetiva fixação de negócios, está ideia vem se disseminando nas diversas esferas governamentais e na mídia (BARBOZA, 2007). É um tema que vem ganhando notoriedade na academia, há a necessidade de um estudo aprofundado sobre as medidas intervencionista de estabilização ou manutenção do bem-estar social. Posto isso, qual a relevância das políticas públicas de apoio à economia solidaria para o bem-estar social brasileiro?

O objetivo desta pesquisa é apresentar um panorama da produção acadêmica sobre economia solidária no Brasil a partir do ano de 1993.

Para atender ao objetivo, o levantamento de pesquisas acadêmicas foi realizado através da pesquisa documental, especificamente no site da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A fonte foi escolhida devido a confiabilidade dos dados, facilidade de acesso às informações sobre os trabalhos defendidos. Foram analisadas apenas as teses e dissertações, devido ao maior aprofundamento das análises contidas nestas pesquisas. A filtragem dos trabalhos foi feita através de uma busca por meio da palavra das expressões, economia solidária e cooperativismo e buscou-se identificar a evolução do número de trabalhos, em quais estados em quais as instituições o tema levantou mais interesses.

2. Economia solidária

A economia solidária surgiu em decorrência das falhas do processo da Primeira revolução industrial. Nesse cenário Robert Owen apresenta um comportamento atípico, em 1817 ele apresentou ao governo britânico uma solução para a pobreza e desemprego resultantes da guerra enfrentada durante a Revolução Francesa. A ideia de Owen era que o governo investisse na construção de cooperativas que propiciassem o trabalho a população e assim a sua subsistência, esta proposta foi rejeitada pois além do controle sobre o problema público, resultaria em uma mudança da estrutura social do período (SINGER, 2000).

As propostas associativas representaram um modo de mudar a estrutura social, uma alternativa ao meio de produção presente através do funcionamento conjunto e divisão de oportunidades e difusão dos ganhos inserindo a população ao mercado de trabalho (LAVILLE, 2009).

Após a década de 1970 a economia global sofreu com persistentes mudanças provenientes de um movimento abrupto do sistema produtivo. A intensificação desse movimento produtivo e a crescente globalização da econômica faz com que haja a necessidade de constantes adaptações e revisão sobre o que está ocorrendo e seus impactos na sociedade (PITAGUÁRI, CORDEIRO E LANZA, 2012). É nesse cenário que o Estado apresenta uma mudança de postura, indo contra a postura neoliberal imposta por Thatcher e Reagan durante a década de 1980.

Assim, a sociedade acaba sofrendo mudanças de cunho geográfico, histórico, social e cultural. O impacto mais pertinente dessas mudanças socioeconômicas provenientes do movimento de reorganização do sistema produtivo foram às elevadas taxas de desemprego e a crescente desigualdade de renda em países capitalistas e em seu entorno (PITAGUÁRI, CORDEIRO E LANZA, 2012; IASKO, 2007).

A partir das décadas de 1980 e 1990, os governos de esquerda ascenderam ao poder buscaram sanar ou ao menos controlar o ciclo vivenciado. A problemática desta situação é que esses governos em ascensão não apresentavam propostas concretas e buscavam através da formulação de políticas emergenciais principalmente a estabilidade do nível de emprego uma forma de mascarar suas deficiências. É nesse cenário que reaparecem iniciativas que propõem uma forma de trabalho alternativa baseada na solidariedade, onde há a propriedade coletiva dos meios de produção e inclusão na tomada de decisões. Essas iniciativas são denominadas como Economia Solidária (IASKIO, 2007).

É importante a compreensão de que a desigualdade não é algo natural e nem a competição generalizada. Ambas são resultado da forma de organização das atividades econômicas, no capitalismo as atividades econômicas se perpetuam através do direito de propriedade individual, mobilidade do capital e o direito a liberdade, causando a segmentação social ou divisão entre o proprietário do capital e o trabalhador, aquele que através da sua força de trabalho. Esse movimento das atividades produtivas no modo capitalista desembocam na competição e na desigualdade. (SINGER, 2002).

Segundo Pitaguarí, Cordeiro e Lanza (2012) a economia solidária seria uma alternativa à exclusão social, como uma nova forma de trabalho. Neste sentido seria uma forma de aliviar as conseqüências da globalização, expressas pela pobreza e desemprego.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10).

Singer (2002) ainda aponta que mesmo com a prática desse modo de produção, os organismos de cooperação poderiam apresentar diferentes resultados, mesmo que as associações cooperarem umas com as outras o resultados poderiam ser distintos, ainda assim existiram dentro dessa estrutura um grupo que sairia ganhando em quanto o outro perderia, isso faria com que houvesse a necessidade de uma intervenção estatal buscando a igualização e redistribuição da renda.

Mas, ainda que a economia solidária traga ao debate a cooperação e valores anticapitalistas, está vertente se caracteriza por ser pouco crítica e esclarecedora

Nesse contexto concentrador e centralizador do capitalismo, decisões cruciais de nível macroeconômico ocorrem longe de onde operam a economia solidária ou os fóruns de representação popular. Questões vitais são decididas por grupos econômicos em espaços distantes de controle social, deixando-nos com essa suposta ideia de segmentação em várias economias. Em si, trata-se de uma forma de rejeição social e de não enfrentamento político dos destinos da República (BARBOZA, 2007, p. 196).

A economia solidária atrelada a ações estatais podem resultar em uma distinção entre o que é visível a realidade da população, de fato a economia solidária atende a carência de determinado grupo, mas ainda assim não se consolida como um meio único de enfrentamento de problemas em uma visão macro, podendo provocar um tratamento pontual a determinada situação, assim como nos anos 1980 e 1990 pode permanecer sem uma proposta concreta, mas apenas como uma intervenção pontual.

Através da economia solidária é possível encontrar trabalhadores organizados de forma coletiva, realizando a gestão de seus trabalhos e buscando sua emancipação. São atividades de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, de agricultura familiar, de prestação de serviços, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras fomentando empreendimentos solidários e empresas autogestionárias. Caracterizando assim o surgimento de novos atores sociais no processo de construção de novos espaços institucionais (PITAGUÁRI, CORDEIRO E LANZA, 2012).

O cooperativismo surgiu no Brasil a partir do século XX com a chegada de imigrantes da Europa, as primeiras cooperativas surgiram com caráter de consumo na cidade e agrícola no campo. As cooperativas de consumo não conseguiram competir com o surgimento de hipermercados enquanto as de caráter agrícolas cresceram, mas é importante ter o conhecimento que nenhum desses segmentos apresentava a característica de serem auto gestoras (SINGER, 2000).

Durante a década de 1990 no Brasil iniciou um movimento de incentivos a geração de emprego, o fortalecimento das políticas públicas para emprego, a ideia era a proteção do trabalhador,

uma relação entre as ações estatais e manutenção do bem-estar social. O Estado intensificou os programas de garantia ao seguro-desemprego e formação profissional. A preocupação governamental para com o nível de emprego aliado a perspectiva de apoio à Economia Solidária foi apresentada no programa de governo do presidente Lula, onde era mencionada a intenção de promover o investimento em empresas, cooperativas ou eventuais ações de economia solidária. Assim, propiciaria um processo de desenvolvimento apoiado na geração de renda e garantia de acesso a bens públicos. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva elevou a Economia Solidária ao nível de Política Pública (BARBOZA, 2007; SILVA & SILVA, YAZBEK, 2008).

Segundo Silva e Silva e Yazbek a consolidação da Secretária Nacional de Economia Solidária é um marco diante da perspectiva apresentada pelo Estado, a Senaes é responsável pelo zelo a esses empreendimentos cooperativos, não limitando a área de atuação da política, a economia solidária passa assim a ter um caráter transversal diante de diversas áreas, isso fortalece as variadas ações públicas.

A discussão da Política Pública de Economia Solidária no Brasil se dá a partir de 6 temas: a) marco legal, onde são apresentados os problemas provenientes dos obstáculos ao tentar amparar de forma legal o trabalho autogestionário; b) rede de produção, comercialização e consumo, onde são debatidos as condições para se produzir, o acesso a matéria prima e equipamentos, tecnologia e logística, busca-se dar viabilidade econômica para os empreendimentos; c) financiamento, os pequenos produtores enfrentam dificuldades na hora de conseguir crédito para a realização de investimentos; d) educação, comunicação e democratização do conhecimento e da tecnologia, referindo-se a difusão da educação qualificada e comunicação da Economia Solidária, além do estímulo a progresso técnico e difusão dos resultados (SILVA & SILVA, YAZBEK, 2008).

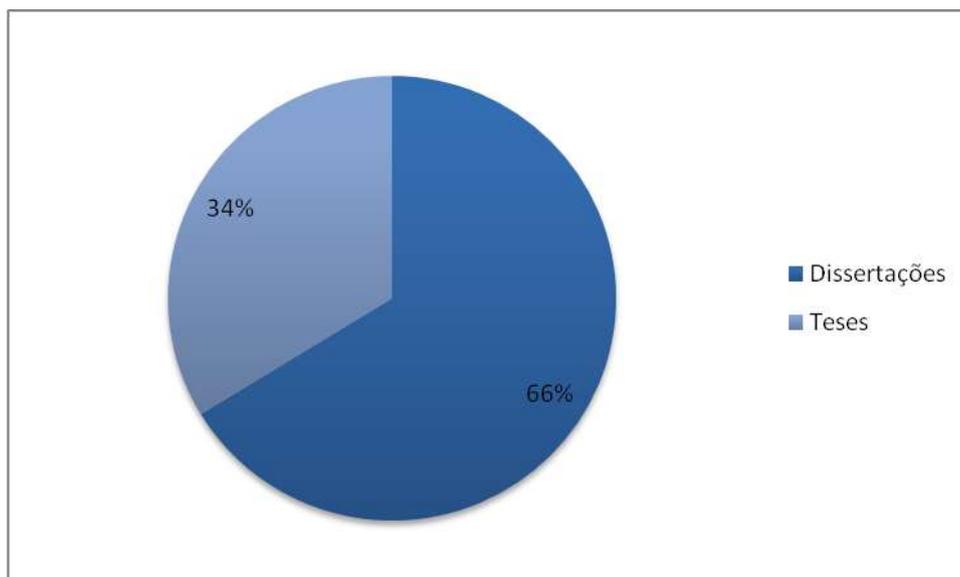
De acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), ano de 2013 existiam 19.708 empreendimentos de economia solidária registrados no Brasil, representadas por uma grande diversidade de organizações. Destes, 11.081 empreendimentos, em torno de 56%, tinham como atividade econômica principal a produção e produção/comercialização. O consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios somam 3.945 empreendimentos, cerca de 20%, predominantemente localizados na Região Nordeste.

O desenvolvimento da economia solidária como alternativa viável para geração de trabalho e renda refletiu também interesse acadêmico, gerando trabalhos desenvolvidos pelas universidades brasileiras, no meio acadêmico. A seguir é apresentado um panorama do crescimento desta produção acadêmica.

3. Resultados e discussões

O cenário geral da produção acadêmica mostra que no período de 1993 a 2018, foram produzidos analisados 6792 trabalhos, entre teses e dissertações. A partir da busca por *economia solidária* na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2018), verificou-se a produção de 4502 (66%) dissertações e 2290 (34%) teses (Figura 1).

Figura 1 – Produção acadêmica (teses e dissertações) com a temática economia solidária no Brasil – 1993 a 2018*



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBICT (2018)

* Dados de 2018 são resultados parciais.

Quanto à evolução temporal, foi identificado um crescimento da produção acadêmica a partir de 1999 (Figura 2), quando a produção dobrou, passando de 7 trabalhos em 1998 para 15 em 1999. Nos anos que se seguem o crescimento foi constante com destaque para o período de 2006 a 2016, sendo que 2013 foi o ano de maior produção.

Figura 2 – Produção de trabalhos acadêmicos sobre o tema Economia Solidária – 1993 a 2017*



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBICT (2018)

*O ano de 2018 não foi incluídos porque os resultados são parciais.

Verifica-se um crescimento substancial da produção acadêmica a partir do início dos anos 2000, período de criação da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, fundada em 2003 pelo então presidente Lula para cumprir com o seu programa de governo. Em relação ao contínuo crescimento da produção acadêmica sobre a temática Economia Solidária, Paul Singer (2014, p. 1) destaca que:

[...] nesta década, a economia solidária conheceu amplo crescimento tanto no Brasil como em grande parte da Europa, das Américas e nos últimos anos também na Ásia e na África. Este crescimento pode ser em resposta ao agravamento da crise econômica e financeira de 2008, que mergulhou grande parte da economia mundial em estagnação, quando não em recessão.

Com a criação da Senaes, a economia solidária se difundiu rapidamente pelo território brasileiro. Neste mesmo ano, ainda foram criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (SINGER, 2014).

Identificou-se a produção acadêmica com a temática economia solidária em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Produção de trabalhos acadêmicos sobre Economia Solidária, por estado – de 1993 a 2018

Estado	Produção acadêmica Teses e dissertações
Alagoas	7
Amazonas	14
Bahia	45
Ceará	103
Distrito Federal	3903
Espírito Santo	11
Goiás	31
Minas Gerais	147
Pará	25
Paraíba	48
Paraná	81
Pernambuco	42
Rio de Janeiro	121
Rio Grande do Norte	28
Rio Grande do Sul	259
Roraima	3
Santa Catarina	114

São Paulo	1807
Sergipe	1
Tocantins	2

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBICT (2018)

Destaca-se a produção acadêmica no Distrito Federal, com 57,5% da produção acadêmica, seguido pelos estados de São Paulo que corresponde a 26,60% da produção acadêmica. O estado do Rio Grande do Sul apresenta terceira maior produção, e corresponde apenas a 3,8% dos trabalhos estudados.

Foi constatada a contribuição de 75 instituições à produção acadêmica sobre economia solidária (Tabela 2). Dentre as instituições, destaca-se a produção acadêmica da Universidade de Brasília – UNB, que produziu 3909 trabalhos, sendo 1279 teses e 2623 dissertações, e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, que produziu sendo 1165 trabalhos, 509 teses e 656 dissertações. Foi constatado que ambas instituições não possuem um programa de pós-graduação específica para a área de Economia solidária, mas possuem programas na área de Economia, Política Social, Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Sustentabilidade, áreas que corroboram para pesquisas na área temática de Economia solidaria.

Tabela 2 – Produção sobre economia solidária por instituições por Estado, quantidade e tipo de trabalhos produzidos (dissertação ou tese) – 1993 a 2018

Instituição	Estado	Tese	Dissertação	Total
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	0	7	7
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	Amazonas	1	0	1
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	3	10	13
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Bahia	0	2	2
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Bahia	10	33	43
UFC - Universidade Federal do Ceará	Ceará	19	84	103
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Distrito Federal	1	0	1
UNB - Universidade de Brasília	Distrito Federal	1279	2623	3902
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo	0	11	11
PUC GO - Pontifícia Universidade Católica	Goiás	1	17	18
UFG - Universidade Federal de Goiás	Goiás	1	12	13
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	Minas Gerais	0	2	2
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	1	8	9
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	12	32	44
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais	1	17	18
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Minas Gerais	2	4	6
UFV - Universidade Federal de Viçosa	Minas Gerais	13	33	46
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Minas Gerais	1	2	3
UNEC - Centro Universitário de Caratinga	Minas Gerais	0	2	2

UNIFEI - Universidade Federal de Itajuba	Minas Gerais	3	13	16
UNIFENAS - Universidade José do Rasário Vellano	Minas Gerais	0	1	1
UFPA - Universidade Federal do Pará	Pará	3	22	25
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Paraíba	0	2	2
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Paraíba	0	9	9
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	6	31	37
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica	Paraná	0	3	3
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Paraná	0	27	27
UNILA - Univerisidade Federal da Integração Latino-Americana	Paraná	1	1	2
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Paraná	3	35	38
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Paraná	1	10	11
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco	12	24	36
UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco	Pernambuco	0	6	6
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz	Rio de Janeiro	2	5	7
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	Rio de Janeiro	13	44	57
PUC RIO - Pontifícia Universidade Católica	Rio de Janeiro	7	15	22
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2	24	26
UFF - Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro	0	4	4
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2	2	4
UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio	Rio de Janeiro	0	1	1
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	10	18	28
EST - Faculdade EST	Rio Grande do Sul	0	1	1
FURG - Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande do Sul	2	6	8
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica	Rio Grande do Sul	6	21	27
UCPEL - Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul	0	8	8
UCS - Universidade de Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	0	14	14
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas	Rio Grande do Sul	0	5	5
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	31	72	103
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul	4	35	39
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	1	1	2
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Rio Grande do Sul	16	36	52
UFRR - Universidade Federal de Roraima	Roraima	0	3	3
FURB – Faculdade Regional de Blumenau	Santa Catarina	0	8	8
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	0	8	8
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul	Santa Catarina	0	3	3
UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catarina	26	67	93
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina	Santa Catarina	0	2	2

Instituição	Estado	Tese	Dissertação	Total
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	0	7	7
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	Amazonas	1	0	1
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	3	10	13
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Bahia	0	2	2
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Bahia	10	33	43
UFC - Universidade Federal do Ceará	Ceará	19	84	103
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Distrito Federal	1	0	1
UNB - Universidade de Brasília	Distrito Federal	1279	2623	3902
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo	0	11	11
PUC GO - Pontifícia Universidade Católica	Goiás	1	17	18
UFG - Universidade Federal de Goiás	Goiás	1	12	13
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	Minas Gerais	0	2	2
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	1	8	9
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	12	32	44
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais	1	17	18
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Minas Gerais	2	4	6
UFV - Universidade Federal de Viçosa	Minas Gerais	13	33	46
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Minas Gerais	1	2	3
UNEC - Centro Universitário de Caratinga	Minas Gerais	0	2	2
UNIFEI - Universidade Federal de Itajuba	Minas Gerais	3	13	16
UNIFENAS - Universidade José do Rasário Vellano	Minas Gerais	0	1	1
UFPA - Universidade Federal do Pará	Pará	3	22	25
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Paraíba	0	2	2
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Paraíba	0	9	9
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	6	31	37
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica	Paraná	0	3	3
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Paraná	0	27	27
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Paraná	1	1	2
ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing	São Paulo	0	1	1
FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	São Paulo	4	4	8
FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	São Paulo	0	1	1
FGV - Fundação Getúlio Vargas	São Paulo	4	29	33
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	São Paulo	0	1	1
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica	São Paulo	0	1	1
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo	4	14	18
PUC SP - Pontifícia Universidade Católica	São Paulo	20	39	59
UFABC - Universidade Federal do ABC	São Paulo	1	11	12
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	509	656	1165
UNESP - Universidade Estadual Paulista	São Paulo	39	88	127
ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing	São Paulo	1	0	1

Instituição	Estado	Tese	Dissertação	Total
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	0	7	7
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	Amazonas	1	0	1
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	3	10	13
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Bahia	0	2	2
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Bahia	10	33	43
UFC - Universidade Federal do Ceará	Ceará	19	84	103
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Distrito Federal	1	0	1
UNB - Universidade de Brasília	Distrito Federal	1279	2623	3902
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo	0	11	11
PUC GO - Pontifícia Universidade Católica	Goiás	1	17	18
UFG - Universidade Federal de Goiás	Goiás	1	12	13
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	Minas Gerais	0	2	2
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	1	8	9
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	12	32	44
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais	1	17	18
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Minas Gerais	2	4	6
UFV - Universidade Federal de Viçosa	Minas Gerais	13	33	46
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Minas Gerais	1	2	3
UNEC - Centro Universitário de Caratinga	Minas Gerais	0	2	2
UNIFEI - Universidade Federal de Itajuba	Minas Gerais	3	13	16
UNIFENAS - Universidade José do Rasário Vellano	Minas Gerais	0	1	1
UFPA - Universidade Federal do Pará	Pará	3	22	25
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Paraíba	0	2	2
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Paraíba	0	9	9
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	6	31	37
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica	Paraná	0	3	3
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Paraná	0	27	27
UNILA - Univerisidade Federal da Integração Latino-Americana	Paraná	1	1	2
FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	São Paulo	8	4	4
FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	São Paulo	1	0	1
FGV - Fundação Getúlio Vargas	São Paulo	33	4	29
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	São Paulo	1	0	1
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica	São Paulo	1	0	1
MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie	São Paulo	18	4	14
PUC SP - Pontifícia Universidade Católica	São Paulo	59	20	39
UFABC - Universidade Federal do ABC	São Paulo	12	1	11
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	1165	509	656
UNESP - Universidade Estadual Paulista	São Paulo	127	39	88
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	107	107	0
UNINOVE - Universidade Nove de Julho	São Paulo	7	1	6

Instituição	Estado	Tese	Dissertação	Total
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	0	7	7
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia	Amazonas	1	0	1
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	3	10	13
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Bahia	0	2	2
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Bahia	10	33	43
UFC - Universidade Federal do Ceará	Ceará	19	84	103
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Distrito Federal	1	0	1
UNB - Universidade de Brasília	Distrito Federal	1279	2623	3902
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo	0	11	11
PUC GO - Pontifícia Universidade Católica	Goiás	1	17	18
UFG - Universidade Federal de Goiás	Goiás	1	12	13
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	Minas Gerais	0	2	2
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	1	8	9
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	12	32	44
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	Minas Gerais	1	17	18
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Minas Gerais	2	4	6
UFV - Universidade Federal de Viçosa	Minas Gerais	13	33	46
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Minas Gerais	1	2	3
UNEC - Centro Universitário de Caratinga	Minas Gerais	0	2	2
UNIFEI - Universidade Federal de Itajuba	Minas Gerais	3	13	16
UNIFENAS - Universidade José do Rásario Vellano	Minas Gerais	0	1	1
UFPA - Universidade Federal do Pará	Pará	3	22	25
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	Paraíba	0	2	2
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Paraíba	0	9	9
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	6	31	37
PUC PR - Pontifícia Universidade Católica	Paraná	0	3	3
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Paraná	0	27	27
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Paraná	1	1	2
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos	São Paulo	5	0	5
UNITAU - Universidade de Taubaté	São Paulo	13	0	13
UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	São Paulo	1	0	1
USP - Universidade de São Paulo	São Paulo	248	105	143
UFS - Universidade Federal de Sergipe	Sergipe	1	0	1
UFT - Universidade Federal do Tocantins	Tocantins	2	0	2

A produção acadêmica na área de Economia Solidária pode receber apoio por meio da linha temática que há no Programa de Extensão Universitária (ProExt) que o Ministério da Educação coordena (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

4. Conclusões

A Economia Solidária vem exercendo importante papel na economia brasileira, as políticas públicas de incentivo a projetos de economia solidaria propiciaram mudanças substanciais no nível de renda de determinados grupos ao longo de todo território nacional.

Atrelado a isso, a produção acadêmica se debruçou sobre o estudo dos efeitos que os empreendimentos de Economia Solidária promoveram em suas regiões.

Observou-se que a temática passou a ter maior notoriedade a partir do início dos anos 2000, a partir da ação governamental no processo de incentivo a empreendimentos de Economia Solidária.

Foi percebido que a temática possui abrangência no território nacional uma vez que foi contatada a produção acadêmica em 19 estados e no Distrito Federal. Demonstra que a Economia Solidária tem obtido relevância e ganhando destaque em diferentes regiões do Brasil.

Embora tenha sido encontrado trabalhos em diferentes estados, constatou-se a concentração de pesquisas no Distrito Federal e em São Paulo, somados estas regiões são responsáveis por 84% da produção na área de Economia Solidária.

O Distrito Federal é o local que mais produziu trabalhos na área da economia solidaria. A justificativa para esse grande volume de pesquisa neste local pode estar atrelada a proximidade da sede da Secretária Nacional de Economia Solidaria e aos programas de pós graduação nas áreas de Desenvolvimento sustentável e Gestão Pública.

No estado de São Paulo não foi encontrado nenhum programa de pós graduação específico na área de Economia Solidária, porém, existem programas nas áreas Agrárias e Sociologia e desenvolvimento econômico que podem justificar o desempenho acadêmico do estado na área de Economia Solidária.

Assim, conclui-se que a pesquisa na área de Economia Solidária acompanha a ação pública na promoção de programas de geração de renda e emprego. O volume de trabalhos sobre a temática está associado a momentos de intervenção estatal. Doravante, a Economia Solidária tende a continuar tendo importância na agenda governamental e isso pode ser um indicativo de um continuo crescimento de trabalhos acadêmicos nesta área temática.

Referências

BARBOZA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, L. M. L. dos, BORINELLI, B, PITAGUARI, S. O. **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL. 2011.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

IASKO, E. L. S. **O que é economia solidária?** In: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de ((Org.)). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagens. Curitiba, PR: UFPR, 2007. 248p.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind> Acesso em: maio/2018

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: Um movimento internacional**. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/381#quotation>. Acesso em: 19 Jan. 2018.

LOPES, B; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, V. 7, p. 48. 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%94BLICAS.pdf> Acesso em: 18 Ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProExt – Apresentação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241:proext-apresentacao&catid=235:proext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487. Acesso em: 25 maio 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Incubação, pesquisa e extensão**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoess/programas-e-acoess/incubacao-pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 25 maio 2018.

PITAGUARI, S. O.; LANZA, L. M. B.; CORDEIRO, S. M. A. **A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

REVISTA INTERFACE. **Política Pública: discussão de conceitos**. Porto nacional: Nead, n. 5, p. 49-54, 2012. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf> Acesso em: 18 Ago. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Da Silva E; IAZBECK, Maria Carmelita. **Política pública de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, P. Dez anos de Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Mercado de trabalho: Conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, n. 56, p. 89-93, 2014.

SOCIOLOGIAS. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: UFRGS, n. 16, p. 20- 45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 18 Ago. 2017.